DESPACHO	PROTOCOLO	INDICAÇÃO <hr/> N.º 109/2025
AUTORA: KASSIA SORANZO		

A vereadora que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais, vem respeitosamente indicar a inclusão de diretrizes no Plano Diretor relacionadas à permanência de servidores públicos essenciais e providências para implementação da Atividade Delegada.

JUSTIFICATIVA

A mesma são duas propostas distintas, porém complementares, voltadas ao fortalecimento da segurança pública no âmbito municipal:

I – Inclusão de diretrizes no Plano Diretor Municipal

Considerando que o novo Plano Diretor Municipal encontra-se em fase de elaboração, solicito que sejam incluídas as seguintes diretrizes urbanísticas e sociais:

1. Programa municipal de auxílio-moradia para servidores essenciais

Inserção de diretriz que permita ao Município, por meio de lei específica, instituir programas de auxílio-moradia ou auxílio-aluguel para servidores públicos essenciais, com destaque para os profissionais da segurança pública, saúde e educação que atuem no município e enfrentem dificuldade de acesso à moradia adequada.

2. Contrapartida urbanística de loteadores

Previsão, entre os instrumentos urbanísticos, da possibilidade de exigir dos loteadores, em projetos de parcelamento do solo, a doação ou construção de unidades habitacionais funcionais para servidores essenciais, como medida compensatória proporcional ao impacto urbano do empreendimento, conforme regulamentação futura.

Essas previsões reforçam o compromisso com o planejamento urbano sustentável e a fixação de profissionais fundamentais para o bom funcionamento dos serviços públicos.

II – Solicitação de cooperação com o Governo do Estado para implementação da Atividade Delegada

Solicito, ainda, que o Executivo Municipal avalie a possibilidade de celebrar convênio com o Governo do Estado de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Segurança Pública e do Comando da Polícia Militar, para a implementação da Atividade Delegada no município.

Esse instrumento legal possibilita que policiais militares, em seus dias de folga, possam atuar em atividades de interesse local, como fiscalização de posturas, patrulhamento ostensivo e apoio em eventos, mediante remuneração custeada pelo município e conforme normativas estaduais.

Trata-se de medida consolidada em diversos municípios e que pode contribuir significativamente para o aumento da sensação de segurança da população, sem demandar ampliação de efetivo por parte do Estado.

Justificativa Final

As propostas aqui apresentadas abordam soluções complementares: de um lado, o ordenamento urbano voltado à fixação de servidores essenciais, via Plano Diretor; de outro, a cooperação direta com o Estado para ampliar a presença policial, por meio da Atividade Delegada. Ambas são compatíveis e plenamente viáveis do ponto de vista técnico e legal, e merecem a devida atenção nesta fase de planejamento e definição de políticas públicas estruturantes.

Plenário das Deliberações “Vereador Vilmar Contini”, 05 de Agosto de 2025.

Kássia Soranzo

Vereadora - Câmara Municipal de Gaúcha do Norte